

Em 3 dias, um texto coerente

ESTADO DE SÃO PAULO

23 JUN 1987

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Até quinta-feira estará pronto o trabalho de compatibilização dos pareceres das sete comissões constitucionais temáticas e também o parecer sobre a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, feito pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, conforme ele próprio garantiu ontem.

O trabalho de compatibilização já concluiu quatro títulos do esboço da futura Constituição. Segundo informou um dos quatro relatores adjuntos, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), esses títulos contêm os princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais (direitos individuais, sociais e coletivos), nacionalidade e cidadania (direitos políti-

cos e partidos políticos) e garantias constitucionais, além do capítulo da defesa do Estado e das instituições democráticas.

Tanto o relator-geral Bernardo Cabral quanto os relatores adjuntos (Jobim, mais os senadores do PMDB Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins e José Inácio Ferreira) têm encontrado pequenos problemas de compatibilização de matérias divergentes e outros que dependem de decisão de lideranças.

Cabral se encarregou de tentar pessoalmente a compatibilização de alguns conflitos mais graves existentes entre os relatores das comissões temáticas, para obter nessa instância anterior à elaboração do anteprojeto da Constituição o acordo não alcançado antes. Um dos casos que Cabral pretende resolver é o da reforma agrária. Ele vai conversar com os autores dos três projetos debatidos

(Jorge Vianna, Severo Gomes e Osvaldo Lima Filho) para chegar a uma conclusão sobre a matéria.

Outros casos de conflito estão na Comissão de Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. As correntes divergentes serão ouvidas por Cabral. Mas restam ainda conflitos na manutenção da competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.

No esboço preliminar do relatório da Comissão de Ordem Social, elaborado pelo deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), foram feitas poucas alterações, todas para compatibilizar textos divergentes. Gibson porém não acredita na aprovação da estabilidade no emprego e na jornada de trabalho de 40 horas semanais. Quanto à proibição de nepotismo (emprego de parentes), o parlamen-

tar propõe sua ampliação também às estatais, por entender que, da forma como o relatório foi aprovado pela Comissão da Ordem Social, está restrito apenas à administração direta e indireta.

Gibson discorda da proibição da acumulação de aposentadorias retroativa a quem já contribuiu para mais de um fundo. E, no capítulo do meio ambiente, acha que, em caso de dúvida, caberá à União e não aos Estados ou municípios estabelecer restrições legais e administrativas para a proteção ambiental e a defesa dos recursos naturais.

Mas ainda dependem de decisão de lideranças vários temas polêmicos. Entre eles, a exclusividade das verbas públicas para o ensino público; a definição dos jogos de azar e loterias; e a criação do Conselho de Comunicação para tratar da concessão de canais de rádio e televisão.